



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

CIDADE CONTEMPORÂNEA E OS NÃO-LUGARES

SÀ, Teresa

Doutoramento Sociologia

Faculdade de Arquitectura da UTL

teresasa@fa.utl.pt

Resumo

A Cidade Contemporânea e os Não-Lugares

Partimos das noções de “não-lugares” (Marc Augé) e “espaços de fluxos” (Manuel Castells) para pensar a cidade contemporânea. Seguindo Marc Augé a cidade hoje convive com uma série de “riscos”: de uniformidade (semelhança entre espaços), extensão (generalização do urbano) e de implosão (guetização dos bairros). O seu crescimento, associado ao aumento de circulação, da comunicação e do consumo, implica cada vez mais a construção de “não-lugares”: auto-estradas, grandes supermercados, centros comerciais, aeroportos, etc. Trata-se, segundo Augé, de espaços físicos que vão modelar novas formas de interacção assentes numa “contratualidade solitária”.

Manuel Castells no seu livro *A sociedade em rede*, vai analisar a nova lógica espacial, resultante da interacção entre tecnologia, sociedade e espaço, denominando-a o "espaço de fluxos" (que se constitui a partir de um conjunto de serviços avançados: finanças, seguros, bens imobiliários, projectos, *marketing*, e inovação científica, etc.). Esse "espaço de fluxos" opõe-se à organização espacial historicamente enraizada, a que Castells chamou o "espaço dos lugares". Aproximando o “espaço de fluxos” dos “não-lugares”, procuraremos pensar a forma como uma certa organização espacial, determina ou não, o processo de interacções sociais.

Abstract

The contemporary city and the "non-places"

We departed from the notions of "non-places" (Marc Augé) and "spaces of flows" (Manuel Castells) to think about the contemporary city. According to Marc Augé the city today lives together with a series of "risks": uniformity (similarity between spaces), extension (urban generalization) and implosion (ghettoization of neighborhoods). Their growth, associated with the increase of circulation, the communication and consumption, implicates increasingly the construction of "non-places": motorways, supermarkets, shopping centers, airports, etc.. These are, according to Augé, physical spaces that will shape new forms of interaction based on a "solitary contractuality".

Manuel Castells in his book *The Network Society*, analyzes the new spatial logic, by the interaction between technology, society and space, denominating it the "space of flows" (which are constituted from a set of advanced services: finance, insurance, real estate, projects, marketing, and scientific innovation, etc.). That "space of flows" is opposed to the historically rooted spatial organization, what Castells called the "space of places".

To approximate the "space of flows" to "non-places", we will try to think the way in which a certain spatial organization, determines or not, the process of social interactions.

Palavras-chave: Não-Lugares; Espaço de Fluxos; Cidade; Interação Social.

Keywords: Non-Places; Space of Flows; City; Social Interaction.

A Cidade contemporânea e os não-lugares

Marc Augé inicia o seu livro *A Guerra dos Sonhos* (1998) com um pequeno texto que intitula *Alerta!* onde se refere a uma série americana do tempo da guerra fria - *Os Invasores* - extraterrestres que estavam a ocupar o nosso planeta. O herói da série, David Vincent, tinha assistido uma noite ao seu desembarque e percebido que estes queriam substituir-se aos humanos. Tomavam o lugar dos humanos que faziam desaparecer e passavam a ocupar o lugar destes. O que os distinguia dos humanos era um pormenor que se tornava difícil detectar: o dedo mínimo da mão esquerda dos extraterrestres era extremamente rígido. Em cada episódio David Vincent procurava descobrir os “falsos humanos”, convencer os outros de que aqueles eram extraterrestres, e aniquilá-los. É a partir desta série que Marc Augé nos alerta para a invasão que hoje em dia está a acontecer nas nossas sociedades: “a das imagens, mas é também, e muito mais largamente, o novo regime de ficção que afecta hoje a vida social, a contamina, a penetra, a ponto de nos fazer duvidar dela, da sua realidade, do seu sentido e das categorias (a identidade, a alteridade) que a constituem e a definem.” (Augé, 1998, p.3).

Ao contrário da série americana, esta invasão que estamos a sofrer actualmente não é feita por ninguém de fora, mas por nós mesmos. Os não-lugares representam de certo modo as transformações que estão a ocorrer na sociedade moderna e que se materializam no território e das quais ninguém se parece aperceber. Todos nós, ou muitos de nós, beneficiamos com a construção destes novos espaços que nos permitem “fazer mais coisas em menos tempo”: auto-estradas, hipermercados, centros comerciais, caixas multibanco, etc. É a estes espaços, que nos facilitam a circulação, o consumo e a comunicação que Marc Augé chama “não-lugares”, em oposição aos “lugares antropológicos” que privilegiam as dimensões identitárias, históricas e relacionais (Augé, 2006). Ao contrário da mobilidade dos tempos modernos, representada pelo *estrangeiro* que se fixa mas que é um potencial errante, nas sociedades arcaicas os indivíduos fixam-se num espaço ocupam o lugar onde vivem, trabalham e defendem - um lugar antropológico. Há um enraizamento profundo num certo espaço que por seu lado reflecte uma dada organização social, política e religiosa. A identidade do grupo manifesta-se no espaço: “*as origens do grupo são com frequência diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, o reúne e o une.*” (Augé, 2005, p.41).

O lugar antropológico é o oposto dos não-lugares que encarnam de certo modo a ideia de cidade associada à mobilidade, viagem e anonimato. A industrialização e a urbanização transformam a morfologia da cidade obrigando os indivíduos a movimentarem-se cada vez mais no espaço: “*o facto de todos os indivíduos serem susceptíveis de se deslocarem no espaço assegura-lhes uma experiência particular que lhe é própria, e essa experiência – adquirida nas suas aventuras no espaço – proporciona, na medida em que esta é única, um ponto de vista independente: torna-se para ele o ponto de vista de uma acção individual.*” (Park in Martuccelli, 408). É assim na grande cidade, onde o indivíduo vive numa pluralidade de mundos, que se manifesta o fenómeno da individuação onde cada um tem uma maior liberdade na escolha do seu caminho e torna-se também mais tolerante face às escolhas dos outros: “*o cidadão desenvolve um ponto de vista relativista e tem um sentido da tolerância e das diferenças.*” (Wirth in Martuccelli, p.409).

O não-lugar surge numa sociedade globalizada e é de certo modo o resultado da mobilidade dos indivíduos, dos objectos, e das ideias. Mas esta, tem características diferentes da mobilidade da cidade industrial, trata-se cada vez mais de uma dupla mobilidade: a do desenvolvimento tecnológico que permitiu “encurtar as distâncias” através dos meios de transporte (avião, metropolitano, automóvel); e a que surge com as Novas Tecnologias da Informação (NTI), que tornando-nos possível percorrer o espaço através de alguns sentidos (olhar, ouvir), nos permitem viver cada vez mais num espaço virtual sem sairmos do lugar que ocupamos. Quando entro num hipermercado, sou imediatamente “informada” sobre os produtos que estão em promoção através de folhetos, cartazes, autofalantes. E ao mesmo tempo que estou a fazer as compras, posso utilizar o telemóvel para tratar de qualquer assunto de trabalho ou pessoal, e verificar (se tiver um “bom” telemóvel) se, entretanto, terei recebido um novo e-mail. Estou constantemente em interacção com os outros e os outros comigo. Estou só, mas ao mesmo tempo em contacto com o mundo. Os “não-lugares” transformam-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte. A história que Marc Augé nos conta no Prólogo dos *Não-lugares* reflecte bem esta ideia. Trata-se do percurso de Pierre Dupont que sai de manhã cedo de casa, dirige-se ao aeroporto pela auto-estrada, levanta dinheiro numa caixa

Multibanco, faz o *check in*, passa pela *duty-free shop*, embarca no avião, lê a revista da companhia, e, quando se apaga a informação “*fasten seat belt*”, coloca os auscultadores e ouve o Concerto nº1 em dó maior de Joseph Haydin – durante algumas horas “estaria enfim só” (Augé, 2005, p.19). É uma história onde cada um de nós pode facilmente colocar-se no lugar do senhor Dupont e seguir com ele os vários passos do seu percurso. Este exemplo mostra-nos a passagem pelos não-lugares que fazem parte do nosso quotidiano (caixa Multibanco, autoestrada, aeroporto), e o processo de interacção com os outros que nós estabelecemos nesses espaços. Pierre Dupont desde que saiu de casa esteve sempre só, em locais profundamente codificados onde não havia grande diferença entre as relações com os outros e as relações com as máquinas: A resposta da máquina de Multibanco “obrigado pela sua visita” é semelhante ao sorriso silencioso da hospedeira e à frase “Embarque na porta B às 18 horas” (Augé, 2005, p.7). O não-lugar permite uma grande circulação de pessoas, coisas e imagens num único espaço, transformando o mundo num espectáculo com o qual mantemos relações a partir de imagens e de sons que nos informam sobre como “devemos” agir.

A mobilidade que a cidade nos permite e que, segundo Wirth, nos leva a viver uma diversidade de situações e nos torna mais tolerantes face ao outro, torna-se numa mobilidade em que interagimos sem o espaço físico e sem o outro físico. Quando viajava de comboio de Santarém para Lisboa, dei-me conta do número cada vez maior de pessoas que falavam ao telemóvel. E era fácil perceber a diferença entre as pessoas que falavam ao telemóvel e as que falavam com outra pessoa, ao seu lado no banco do comboio. Imaginei uma viagem em que todos estivessem a falar ao telemóvel. Tratava-se exactamente de um espaço físico que, estando cheio, estava vazio. Tudo se passava fora dele. É isto, penso, que está por detrás da noção de não-lugar de Marc Augé.

O não-lugar corresponde assim, a um espaço construído que visa certos fins, e a um espaço vivido através das práticas sociais que aí acontecem. E é exactamente essa relação entre tipo de espaço/tipo de interacção que torna o não-lugar um espaço de solidão, associado à ideia de «contratualidade solitária»; e o lugar antropológico, um espaço de interacção social marcado por relações de sociabilidade (Augé, 2005).

Aprofundemos um pouco mais a generalização que Marc Augé faz relativamente à maneira como interagimos nos não-lugares. Se é verdade que estes permitem uma maior racionalidade na organização do espaço e um “encurtamento do tempo”, não é por outro lado tão claro que provoquem sempre um tipo de sociabilidade marcada pela “individualidade solitária”. É o próprio Marc Augé que chama a atenção para este aspecto quando diferencia em termos de práticas sociais o tipo de interacção que existe entre os passageiros de um aeroporto e os trabalhadores que aí trabalham, para os quais, o aeroporto deixa de ser um lugar de passagem para ser um lugar antropológico (Augé, 2006, p.116). Por outro lado, encontramos em certos não-lugares, como os centros comerciais, grandes diferenças quer em relação ao seu tamanho, à sua localização, à sua arquitectura, e também ao tipo de interacções que aí se estabelecem.

A questão parece ainda ser mais complicada porque, para além da influência que o espaço tem no processo de interacção, são as pessoas, em última instância, que determinam a experiência urbana. Lembremos De Certeau, quando sustenta que o transeunte consegue inventar novos caminhos para além daqueles que a ordem espacial possibilita: “*Assim Charlie Chaplin multiplica as possibilidades da sua bengala: faz outras coisas com a mesma coisa, e ultrapassa os limites que fixavam à sua utilização as determinações do objecto.*” (Certeau, 1980, p.181).

Se é verdade que esta margem de liberdade é sempre possível para cada indivíduo considerado isoladamente, o que se passa é que os não-lugares são mais constrangedores do que libertadores devido à racionalidade subjacente da sua organização, à excessiva codificação do espaço, ao poder das imagens e do espectáculo a ele associado – trata-se de um espaço de circulação e movimento, de passagem, onde o que está em causa é o objectivo que se quer atingir (chegar a um local, comprar um objecto):

“Mas, na medida em que o não-lugar é o negativo do lugar, torna-se de facto necessário admitir que o desenvolvimento dos espaços da circulação, da comunicação e do consumo é um traço empírico pertinente da nossa contemporaneidade, que esses espaços são menos simbólicos do que codificados, assegurando neles toda uma sinalética e todo um conjunto de

mensagens específicas (através de ecrãs, de vozes sintéticas) a circulação dos transeuntes e dos passageiros.” (Augé, 2006, p.115).

É em 1992 que Marc Augé escreve *Non-lieux*, e posteriormente, em quase todos os seus livros, volta a referir-se a esta noção procurando captar na cidade contemporânea a importância destes novos espaços, do poder das imagens e do mundo de ficção que acompanha a vida dos indivíduos hoje. A pergunta que parece estar sempre subjacente ao pensamento de Marc Augé é saber de que forma os “não-lugares” podem provocar uma perda de nós próprios enquanto grupo, enquanto sociedade, prevalecendo agora apenas o indivíduo “solitário”.

Manuel Castells (2002) vai analisar a nova lógica espacial, resultante da interacção entre tecnologia, sociedade e espaço, denominando-a o “espaço de fluxos”. Esse espaço, que se constitui a partir de um conjunto de serviços avançados: finanças, seguros, bens imobiliários, projectos, *marketing*, I&D e inovação científica, etc., materializa-se numa organização espacial centralizada em torno de centros de controlo e comando, aquilo que corresponde à ideia de “cidade global” (Saskia Sassen), em que algumas cidades mundiais (Nova York, Londres, Tóquio) dominam as finanças internacionais e grande parte dos serviços de consultadoria e empresariais, de âmbito internacional (Castells, 2002, p.496). É a partir destas cidades que a economia mundial é dirigida, que são ditadas políticas e estratégias internacionais cujo principal desafio é alargar as dinâmicas de crescimento em todos os sectores de actividade (Sassen, 2011). Trata-se de um processo que não afecta apenas as cidades mundiais que se situam no topo da hierarquia, mas todas as cidades que vão fazendo parte da rede global.

Assim, o espaço local passa a ter como função principal permitir o acesso aos fluxos criando um espaço em rede que vai estruturar a forma da cidade, do mesmo modo que os caminhos de ferro definiram as regiões económicas na economia industrial (Castells, 2002, p.536). Esta lógica de crescimento assente no funcionamento da economia em rede vai modificar a paisagem urbana através da construção de grandes edifícios em espaços que permitam satisfazer da melhor maneira as necessidades de comunicação de todos os elementos integrados na rede: “*O espaço de fluxos não é um espaço sem lugar, mas esses lugares transformam-se em não-lugares por serem aleatórios e provisórios.*” (Mongin, 2005, p.225).

A nova forma de organização da economia global necessita de uma nova elite dirigente, que também ela é nómada e desenraizada, e que Manuel Castells designa como a nova elite “política-empresarial-tecnocrática”. Esta nova elite cria um “estilo de vida” que é semelhante em todo o mundo, assim como são semelhantes os espaços por ela habitados: hotéis internacionais, salas VIP dos aeroportos, restaurantes, condomínios fechados, etc. Há um «estilo de vida» associado a esses espaços que passa pela utilização de certos objectos, roupas, preocupações: o uso do computador portátil em viagens, a prática do *jogging*, a dieta, a combinação no vestuário de elementos formais e desportivos, etc. (Castells, 2002). Tudo isto são símbolos de uma cultura internacional, sem ligação a qualquer sociedade específica. Assiste-se à criação de um “espaço internacional” localizado no centro das grandes cidades, um espaço segregado (pelo preço e condições de segurança), homogéneo e sem raízes culturais. Estamos face a um espaço desenraizado, *virtual*, que é apropriado por um conjunto de indivíduos, também eles desenraizados. Richard Sennett ao analisar a questão da identidade, partindo das relações dos indivíduos com o espaço e o trabalho, refere-se à situação de dois grupos: os emigrantes e a nova elite da globalização. Grupos com situações económicas, sociais, e culturais muito diferentes, porém ambos, com muita dificuldade em se identificarem com o espaço onde habitam. Por outro lado, e é o aspecto que mais nos interessa aqui, esta nova elite da “cidade global”, controla, gere, investe em restaurantes, discotecas, apartamentos, mas tem pouco interesse em controlar o que se passa nos hospitais, escolas, ou outros domínios públicos da cidade (Sennett, 2000, p.181). Há como que um desligar-se do espaço físico e social que se habita, até porque este é transitório, procurando-se apenas pequenos “nichos” que são iguais em qualquer parte do mundo: “*as elites são cosmopolitas e os indivíduos locais*” (Castells, 2002, p.540).

O espaço de fluxos - de capital, informação, tecnologia, interacção organizacional, de imagens, sons e símbolos - (Castells, 2002, p.535), é o oposto de uma organização espacial historicamente enraizada, a que Castells chamou o "espaço dos lugares". Como exemplo, refere o bairro de Belleville em Paris, bairro de imigrantes que o autor conhece desde 1962, e que em 1995 continua a ser um lugar, apesar de se ter transformado física e socialmente.

O “espaço dos fluxos”, frisa Castells, não é a única lógica espacial das nossas sociedades, mas é a lógica espacial dominante, porque corresponde aos interesses dominantes, que são representados por um grupo social, uma elite empresarial tecnocrática e financeira que tem exigências espaciais específicas. Manuel Castells, partindo da importância dessas exigências espaciais, mostra como estas estão relacionadas com uma apropriação e controle do espaço em que a elite se instala, constituindo comunidades simbólicas e espacialmente segregadas: *“A menos que, deliberadamente, se construam pontes culturais e físicas entre estas duas formas de espaço, poderemos estar a caminhar na direcção a uma vida em universos paralelos, cujos tempos não conseguem encontrar-se porque são trabalhados em diferentes dimensões de um hiperespaço social”* (Castells, 2002, p.555).

Não-lugares e espaço de fluxos

Veremos agora alguns pontos de contacto e de conflito entre estas duas abordagens que partem de lógicas, pressupostos e preocupações científicas muito diferentes, embora ambos os autores sustentem que a organização do espaço reflecte a organização económica e social.

Encontramos facilmente uma semelhança entre aquilo a que Castells chama “espaço dos lugares” e Marc Augé os “lugares antropológicos”. Em ambos os casos, a experiência dos indivíduos tem a ver com os espaços que estes percorrem e habitam, a sua cultura, a sua história. São espaços onde o local predomina sobre o global.

Os “espaço de fluxos” e o “não-lugar” correspondem exactamente à situação contrária, é o global que domina o local:

“O mundo da globalização económica e tecnológica é um mundo da passagem e da circulação – tudo tendo como fundo o consumo. Os aeroportos, as cadeias hoteleiras, as auto-estradas, os supermercados (...) são não-lugares, na medida em que a sua vocação primeira não é territorial, não é a de criar identidades singulares, relações simbólicas e patrimónios comuns, mas bem mais de facilitar a circulação (e, dessa maneira, o consumo) num mundo com as dimensões do planeta.” (Augé, 2003, p.84).

Esta definição de não-lugares aproxima-se muito da ideia de espaço de fluxos; no entanto, Marc Augé analisa os não-lugares tendo em conta os utilizadores desses espaços, enquanto que Castells se debruça sobre a elite dirigente internacional que está associada ao poder e à riqueza e ao funcionamento desses espaços. Esta relação entre espaço geográfico e espaço social não é tão clara em Marc Augé, pois não há sempre associada aos não-lugares uma classe específica ou um grupo social. Em *Le temps en ruines* (2003), o autor, referindo-se a uma arquitectura que denominou das “singularidades” (conjunto de construções arquitectónicas assinadas por arquitectos célebres mundialmente: a pirâmide do Louvre, o Museu Guggenheim, etc.) e dos “não-lugares”, associou-a a uma minoria rica esclarecida. Trata-se de um espaço virtual, de uma utopia que é hoje apropriada por essa minoria e não pela humanidade: “Os não-lugares têm a beleza do que poderá vir a ser. Do que ainda não é. Do que, um dia talvez, terá lugar.” (2003, p.135). Por outro lado, podemos dizer que alguns “não-lugares” (grandes centros comerciais, hipermercados, auto-estradas) são os espaços de uma classe média europeia cada vez mais empobrecida, do “homem médio” de Marcel Mauss (Augé, 2005). É nesses espaços que os indivíduos mantêm relações de «contratualidade solitária», enquanto é no “espaço de fluxos” que se promove a interacção entre as elites.

Quadro: “Espaço de fluxo e não-lugar”

	Definição	Espaços Construídos	Espaços e Práticas sociais
Não-lugar	Não-identitário Não-histórico Não-relacional	Aeroportos Hipermercados Auto-estradas Etc.	“Indivudualidade solitária” “contratualidade solitária”
Espaço de fluxos	Não-histórico Não-identitário Espaço em rede	Apartamentos de luxo Restaurantes de luxo	Espaço de interacção entre a “Elite política-empresarial- tecnocrática”

Françoise Choay num texto publicado em 1969, *Espacements*, e incluído posteriormente num livro de 2011, analisa através do tempo as várias formas de ordenamento do território, alertando para a relação fundamental entre o ordenamento e as sociedades humanas. No tempo actual, refere-se ao surgimento de um novo espaço, o “espaço de conexão” que assegura simultaneamente informação e circulação: “*espaço cada vez mais abstracto e mediatizado, constituído por um conjunto de redes necessárias à circulação das pessoas, ideias e mercadorias, através de automóveis e de aviões, comboios, ondas eléctricas electromagnéticas, de satélites artificiais.*” (Choay, 2011, p.58). Trata-se das novas auto-estradas que encurtam o espaço/tempo, dos hipermercados com facilidade de acesso e estacionamento, da deslocação das feiras para zonas desertas. Todas estas realidades transformam a nossa relação com a paisagem, fazendo com que os espaços “antigos”, marcados por uma relação com a história individual e colectiva, se tornem pontos desconexos na grande malha da rede, que essa sim, marca o nosso comportamento quotidiano (Choay, 2011).

Penso que este texto de Françoise Choay, cujo tema a autora volta a trabalhar num artigo mais recente referindo-se à ideia de cyberspaço (1997), apresenta de certo modo a junção dos não-lugares e do espaço dos fluxos, levantando o grande problema da perda do “lugar antropológico” ou do “espaço dos lugares” em detrimento dos “espaços de conexão”.

2) A cidade dos Não-lugares e a cidade do Espaço de fluxos

Quando Marc Augé (1994) afirma que “*a cidade é um mundo*”, significa que ela contém simultaneamente um espaço simbolizado e praticado pelos indivíduos, e outro, que reflecte todos os traços do mundo actual. É neste jogo, entre interior/exterior, comunidade/sociedade que a cidade emerge. Para além da liberdade e poesia que a cidade permite, ela é também o reflexo das transformações sociais e económicas da sociedade. A construção de espaços de circulação e de consumo, desligados do território e das pessoas que lá habitam, implica segundo Augé três grandes riscos: a uniformidade, a generalização e a implosão do espaço urbano.

A uniformidade urbana é visível através do conjunto de edifícios semelhantes que encontramos por todo o mundo, constituindo espaços extra-territoriais, espaços do *déjà-vu* (Augé, 2003, p.85), porque se parecem todos uns com os outros: estamos exactamente no mundo dos “não-lugares”, onde o viajante não se sente nem estrangeiro nem “em sua casa”, e o autóctone se sente estranho, deslocado, perdendo a singularidade do seu território.

Em simultâneo, assiste-se a uma generalização do urbano, um alastrar das cidades através da construção de edifícios de habitação, zonas industriais e comerciais, etc., “*que não têm vocação estritamente local mas antes regional e marcam a paisagem com um cunho de uma incrível monotonia, «desqualificando-a» no*

sentido estrito do termo, já que não é possível qualificá-la nem urbana nem rural.” (Augé, 1994, p.165). A implosão é o resultado dos dois movimentos anteriores que vão criar um espaço urbano com uma grande densidade de construções, onde a beleza e a poesia da cidade desaparecem completamente. O espaço parece obedecer apenas às necessidades da circulação e do consumo.

Tal como Marc Augé parte do ideia de não-lugares para pensar a cidade actual, Manuel Castells parte do espaço de fluxos para analisar a forma urbana. Trata-se da cidade informacional, que embora resulte do predomínio estrutural do espaço dos fluxos, aparece com uma grande diversidade de formas urbanas (Castells, 2002, p.520). De facto, Castells apresenta uma variedade de cidades informacionais nos Estados Unidos e diferencia-as das cidades europeias. Refere-se à ideia da *Edge City* de Joel Garreau, que corresponde a grandes extensões de zonas de trabalho e de habitação, onde a relação com o espaço físico é mínima em detrimento da vida privada que se centra na casa (Castells, p.521). O que caracteriza para este autor a cidade informacional não é apenas o fenómeno da *Edge City*, mas resulta da simultaneidade de três fenómenos: " o rápido desenvolvimento dos arredores, a decadência dos centros das cidades e a obsolescência do ambiente construído nos subúrbios. (Castells, p.523). A cidade informacional corresponde ao modelo das “cidades globais” (Saskia Sassen), centros importantes a nível internacional tanto de serviços financeiros como de serviços empresariais, marcadas por *"um horizonte de espaço de fluxos a-histórico em rede, visando impor a sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de partilhar códigos culturais."* (Castells, p.555). Mas, como afirma este autor, embora seja esta a tendência mais provável, há cidades que recuam face aos riscos da lógica económica subjacente à “cidade global”. Tóquio passou por um período de reurbanização, durante os anos 80, com a lógica da *cidade global*. No entanto, quer os seus governantes, quer os seus habitantes foram sempre sensíveis ao perigo da perda da identidade, da essência histórica e à lógica instrumental da *cidade global*. Em 1997 os habitantes reagiram a um projecto, a *World City Fair* (que correspondia à lógica global dos negócios internacionais), votando num comediante de televisão, Aoshima, que se lança como candidato independente, sem o apoio dos partidos políticos ou círculos financeiros, fazendo a campanha com um só lema: cancelar a *World City Fair* (Castells, p.552).

Entre as várias cidades globais que hoje existem, destacam-se as Megacidades que são aglomerações com mais de 10 milhões de habitantes (ONU, 1992). O que caracteriza essas cidades não é o seu tamanho, mas o facto de articularem a economia global. Segundo Castells (2002, p.528), o que as caracteriza de facto *"é esta característica distinta de estarem física e socialmente ligadas ao globo e desligadas do local, que torna as megacidades uma nova forma urbana."*

Quer Marc Augé, quer Manuel Castells têm o cuidado de não reduzir as cidades contemporâneas nem aos não-lugares, nem ao espaço de fluxos; contudo ambos referem que a tendência actual é para criar cada vez mais não-lugares e que o espaço de fluxos corresponde à forma de agir da nova classe dirigente.

Notas finais

Quer o não-lugar, quer o espaço de fluxos estão carregados de imagens que nos transmitem as “novidades” da vida social a todos os níveis: consumo, lazer, política, etc. Marc Augé refere-se à invasão das imagens e ao *“novo regime de ficção”* que afecta hoje a vida quotidiana, ao ponto de já não conseguirmos distinguir bem o que é informação, publicidade ou ficção (Augé, 1998, p.3). Quando percorremos um espaço ele contém em si muitos outros através do acumular de “informações” que nos são comunicadas pelos ecrãs de televisão, autofalantes, cartazes. Nós próprios, de uma forma consciente ou não, estamos constantemente a procurar o “novo”, o diferente: o objecto que se adapta melhor ao objectivo pretendido, o espectáculo que teve sucesso, o alimento que é mais saudável, a roupa mais moderna, novos locais para férias, etc.

William Thomas defendeu que o desejo de viver “experiências novas” faz parte da vida moderna, e que se manifesta de maneira muito clara nos grupos marginais dos jovens delinquentes, que preferiram a vida da rua e dos *gangs*, a seguir as propostas dos assistentes sociais cujo objectivo era protegê-los e afastá-los da vida perigosa (Martuccelli, 1999, p.424). A procura actual de experiências novas não significa agir contra a ordem estabelecida, mas pelo contrário, agir de acordo com as regras estabelecidas pela nova classe dirigente. Este

desejo parece ter alastrado a uma classe média, na qual o comportamento “marginal” associado à insegurança, ao perigo e à aventura, se transforma num comportamento “normal”. Todos temos de nos transformar em *hobos* (trabalhador desprovido de trabalho e muitas vezes sem casa fixa), temos de inventar o nosso próprio trabalho transformando-nos em empresários “de risco”, temos de estar sempre atentos a tudo o que surge de novo e que pode alterar a nossa rotina (objectos, alimentos, roupa, lazeres, etc.). O conflito, que resultava do desejo que o cidadão tinha de experimentar cada vez mais coisas novas frente à natureza da sociedade que pedia o máximo de estabilidade (Thomas in Martuccelli, p.424), parece agora não fazer muito sentido porque é a própria sociedade global que promove esse desejo de “experiências novas”. A importância da moda na sociedade contemporânea, e a rapidez com que esta se altera, reflecte essa procura do “novo”. George Simmel, no princípio do século XX, escreveu um importante texto sobre a moda no qual afirma: *“Quando designamos um fenómeno como «moda», isso significa que estamos convencidos de que desaparecerá tão rapidamente como apareceu”*. (Simmel, 2004, p.108). A moda é simultaneamente presente e futuro, o que a caracteriza é precisamente a mudança, é ser efêmera, é não parar, é a corrida em busca da próxima novidade.

A velocidade das mudanças na moda, que implica necessariamente o aumento do consumo, acompanha a transformação dos espaços urbanos. A cidade representa já em si heterogeneidade e mudança, mas são exactamente os espaços de fluxos e os não-lugares associados a uma ascensão económica das classes trabalhadoras, que tornaram possível imitar as classes superiores em vários domínios (objectos, roupa, lazer, etc.), permitindo uma aceleração na renovação da moda. Mas a moda não tem como função a igualização dos indivíduos; bem pelo contrário, ela marca as diferenças sociais. É como que um limite que os mais desfavorecidos querem atingir e que lhes é deixado pelos que detêm o poder económico, depois destes o terem atingido: *“A essência da moda consiste em que é sempre só uma parte do grupo que a pratica, enquanto o conjunto se encontra ainda a caminho, tentando alcançá-la. (...) Qualquer expansão da moda provoca o seu fim, porque anula as diferenças.”* (Simmel, 2004, p.106). Mas se a moda reflecte as diferenças entre as classes sociais, também implica uma relação com o mundo em que o indivíduo parece não se fechar sobre si próprio mas interagir com os outros: *“Ela dá ao Homem um esquema que lhe permite confirmar, sem a menor ambiguidade, a sua ligação à colectividade, a sua obediência às normas que lhe advêm da sua época, da sua classe e do seu círculo mais restrito”* (Simmel, p.120/121).

O que se passa hoje parece ser a ligação da moda já não à colectividade mas ao mundo global. Trata-se de uma ligação em rede, virtual, em que não é necessário o contacto físico com o outro, nem o espaço que materialize esse contacto. Os não-lugares e os espaços de fluxos permitem-nos correremos para o mundo e afastarmo-nos do que está fisicamente próximo. Como afirmou Simmel: *“os factores que sujeitaram a forma de vida à exactidão e precisão do mundo, fizeram-na convergir numa estrutura impessoal e ao mesmo tempo numa direcção pessoal”* (Simmel, p.34/35).

Embora seja muito mais difícil analisar cientificamente a previsibilidade dos acontecimentos ao nível da interacção dos seres humanos do que no âmbito dos fenómenos da natureza (Elias, 1993, p.100), propomos que a cidade dos não-lugares e dos espaços de fluxos é uma cidade onde prevalecem os espaços de circulação, consumo e informação, mas onde se desmorona, adultera, o processo de interacção entre os indivíduos. Norbert Elias (1993) sustenta que os seres humanos se transformam, na sequência de interacções sociais que mantêm uns com os outros. É a partir deste processo de interacção constante que se constitui o laço social. E todo o processo de interacção, de entrelaçamento de relações sociais, vai-se desenvolvendo sem ninguém o ter planeado, e pode provocar situações que nenhum dos intervenientes pôde prever:

“É que nós de facto flutuamos no curso da história da humanidade como passageiros de um comboio que se move de um modo cada vez mais rápido e que sem rumo se torna para os ocupantes absolutamente incontrolável: ninguém conhece o destino da viagem, ninguém sabe quando se dará a próxima colisão nem o que se poderá fazer para se chegar a um melhor controlo do comboio.” (Elias, p.97/98).

O Alerta de Marc Augé, ao reflectir sobre as transformações que estão a ocorrer na sociedade, mas das quais não nos damos conta, procurando apenas a melhor maneira de aproveitar os seus benefícios, coincide de certo modo com a inquietação de Norbert Elias sobre a constituição do laço social e a velocidade do “comboio”.

Bibliografia

- Augé, Marc (2006). *Para que vivemos?*. Lisboa: 90°.
- Augé, Marc (2005 [1992]). *Não Lugares*. Lisboa: 90°.
- Augé, Marc(2003). *Le temps en ruines*. Paris: Galilée.
- Augé, Marc (1998). *A Guerra dos Sonhos*. Oeiras: Celta.
- Augé, Marc (1994). *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris: Flammarion.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede* (vol.I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Certeau, Michel de (1980). *L`invention du quotidien. Arts de faire* (vol.1). Paris: Union Générale d`Editions.
- Choay, Francoise (2002). *La Terre qui meurt*. Paris: Fayard.
- Choay, Francoise (1997). «Patrimoine Urbain et Cyberspace ». *La Pierre d`Angle*. n°20/21, Octobre.
- Elias, Norbert (1993). *A Sociedade dos Indivíduos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Martuccelli, Danilo (1999). *Sociologies de la modernité*. Paris: Folio
- Mongin, Olivier (2005). *La condition urbaine*. Paris: Éditions du Seuil.
- Sassen, Saskia (2011). Entrevista ao jornal *O Público*. *Cidades*. 24 Abril.
- Sennett, Richard (2002). *El declive del hombre público*. Barcelona: Ediciones Península.
- Simmel, Georg (2004). *Fidelidade e Gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D`Água Editores.